LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

ENSINO COLABORATIVO E INCLUSÃO: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DE AULAS PARA ESTUDANTES COM TEA NO ENSINO MÉDIO

https://doi.org/10.56238/levv16n49-002

Data de submissão: 02/05/2025 **Data de publicação:** 02/06/2025

Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros
Doutoranda em Educação Escolar. Discente.
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-1342-3406
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3874396209381933
E-mail: renatapontes2025@gmail.com

Relma Urel Carbone Carneiro
Professor(a) Doutor(a) em Educação Escolar. Docente.
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8961-3617
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4107755396897795
E-mail: relma.urel@unesp.br

RESUMO

Considerando o aumento de estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados na rede regular de ensino e a necessidade de políticas públicas para a educação de qualidade para esses alunos, o objetivo da pesquisa foi investigar como as adaptações de aulas e atividades educacionais para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são implementadas e avaliar a eficácia do ensino colaborativo nesse contexto. A pesquisa de caráter qualitativo, com a utilização entrevistas semiestruturadas com os professores do ensino regular. O estudo se deu em uma Escola Estadual de Ensino Médio. A análise de dados fundamentou-se na análise de conteúdo de Bardin (1977). O estudo concluiu que o ensino colaborativo é um potencial aliado nas adaptações das aulas e atividades, desde que seja implantado concretamente na rede de ensino paulista.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ensino Colaborativo.

1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2022 e 2023, houve um aumento significativo de crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em ambientes educacionais inclusivos no Brasil. A quantidade passou de 405.056 para 607.144, o que representa uma ascensão percentual equivalente a cinquenta por cento segundo informações obtidas pelo Censo da Educação Básica (2024).

Duas principais razões são atreladas a esse aumento, a primeira é a que as equipes de saúde possuem uma capacidade diagnóstica maior, e a outra é a da sensibilização e informação sobre a relevância e o dever de receber os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas unidades escolares regulares.

Os estudiosos das áreas científica e educacional (BRANDE e ZANFELICE, 2012; GLAT e PLETSCH, 2012; SILVA, 2015), apontam os benefícios de convivência entre pessoas com e sem deficiência, tanto do ponto de vista social – compreensão da diversidade, cidadania, melhora na capacidade comunicativa – quanto cognitivo - a escola deve apresentar o conteúdo didático visando à aprendizagem dos estudantes em geral para desenvolver habilidades como lógica matemática ou conhecimento histórico.

A questão reside no fato de que a matrícula representa apenas o início do processo, isto é, não é suficiente simplesmente permitir a entrada dos alunos. Isso significa que, deve ser garantido o acesso, a permanência, a participação e o aprendizado. O estudante público-alvo da Educação Especial, deve frequentar as aulas e envolver-se nas atividades para aprender efetivamente. Inclusão não se resume em apenas juntar todos na mesma sala de aula, faz-se necessário a permanência e aprendizagem de todos os alunos.

No entanto, inúmeros são os obstáculos para que a inclusão com sucesso dos alunos com TEA realmente se efetive, podendo citar a formação frágil de docentes e funcionários, que acabam indo atrás de preparo por iniciativa própria; falta de adaptação de atividades e aulas; bullying; evasão escolar e ausência de recursos para lidar com os diferentes tempos de aprendizagem, entre outros.

Apesar das inúmeras barreiras apontadas para uma educação de qualidade dos estudantes com TEA, esta pesquisa se debruçou sobre a questão das adaptações de aulas e atividades para estes estudantes e como o ensino colaborativo está auxiliando (ou não) nesse processo.

Assim, tem-se como objetivo de pesquisa investigar como as adaptações de aulas e atividades educacionais para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são implementadas e avaliar a eficácia do ensino colaborativo nesse contexto.

1.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

De acordo com a Associação de Psiquiatria Americana (APA, 2013) o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental que afeta a comunicação, o comportamento e a interação social de uma pessoa. Caracteriza-se por dificuldades em desenvolver habilidades sociais e comunicativas, além de padrões de comportamento repetitivos e interesses restritos. O espectro autista inclui uma ampla gama de manifestações, desde casos leves, onde a pessoa pode ser altamente funcional, até casos graves, onde há uma necessidade significativa de apoio. As causas do TEA são multifatoriais, envolvendo fatores genéticos e ambientais. Intervenções precoces e individualizadas podem ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA.

Segundo Brande e Zanfelice (2012), a inclusão de alunos com TEA é um enorme desafio para o corpo escolar, considerando-se a necessidade da adequação curricular, ambiental, social e metodológica. Dessa forma, os professores que trabalham com estudantes com TEA devem considerar estratégias que possibilitem adaptações de aulas e atividades, contribuindo para a criação de um ambiente mais inclusivo e receptivo, que é crucial para o progresso acadêmico e pessoal do estudante com TEA.

1.2 ADAPTAÇÕES DE AULAS E ATIVIDADES

Um dos grandes desafios dos professores de alunos com TEA é contribuir com o processo de inclusão escolar e fazer com que esses estudantes aprendam e acompanhem o conteúdo das aulas. Para ter sucesso na inclusão é importante adaptações de aulas e atividades, que envolvem a modificação de métodos de ensino, materiais didáticos e ambiente escolar para atender às necessidades específicas desses alunos. Isso pode incluir a simplificação de instruções, a utilização de recursos visuais e táteis, a implementação de tecnologias assistivas e a criação de um ambiente de aprendizado mais acessível e inclusivo.

Tais adaptações são essenciais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou dificuldades, possam participar plenamente das atividades educacionais, alcançar seus objetivos acadêmicos e desenvolver suas habilidades sociais e de vida. Esses ajustes são fundamentais para promover a equidade na educação e assegurar que cada aluno receba o suporte necessário para seu sucesso escolar. Isso significa que, a adaptação de aulas e atividades para alunos com TEA é crucial para promover um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz. Essas adaptações ajudam a atender às necessidades únicas de cada aluno, permitindo que eles acessem o currículo de forma mais eficaz e participem plenamente das atividades escolares.

Nesse sentido, o papel do professor é fundamental para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles que são público-alvo da Educação Especial, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Ao adaptar o currículo e as metodologias de ensino, o professor pode atender às diversas

necessidades dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado que valoriza e respeita as diferenças individuais.

Como nos ensina Glat (2012):

> [...] planejamento individualizado, periodicamente avaliado e revisado, que considera o aluno em patamar atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados em curto, médio e longo prazos (2012, p. 84).

O professor, ao utilizar recursos diferenciados, estratégias de ensino personalizadas e ferramentas assistivas, facilita a compreensão e o engajamento dos alunos, aumentando sua autoestima e motivação, contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade escolar mais justa e equitativa, onde todos os alunos se sentem valorizados e apoiados.

1.3 ENSINO COLABORATIVO

O ensino colaborativo é uma abordagem educacional onde dois ou mais profissionais trabalham juntos de forma integrada para planejar, ensinar e avaliar um grupo de alunos, com o objetivo de atender às diversas necessidades de aprendizagem. Essa prática frequentemente envolve a parceria entre professores regulares e professores de educação especial, mas pode incluir outros profissionais, como terapeutas e assistentes educativos (SANTOS, 2015).

No contexto da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2021), o Ensino Colaborativo apresenta-se como estratégia importante à inclusão dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular e, em amplos passos, perfaz-se como importante diretriz para o fomento da cultura inclusiva nas escolas da rede pública: “Efetivação do ensino colaborativo para articulação entre o(a) professor(a) especializado(a) e os(as) professores(as) regentes das classes comuns” (SÃO PAULO, 2021).

Atenta-se para o fato que o modelo adotado correspondente ao ensino colaborativo é a consulta colaborativa, isto é, o professor especializado da Educação Especial, deverá apoiar os professores regentes das classes e aulas regulares, bem como a equipe gestora e funcionários da unidade escolar, no atendimento ao estudante elegível da Educação Especial e na criação de ambientes cada vez mais inclusivos e equânimes. Não se trata do modelo correspondente à assunção de responsabilidade conjunta por dois docentes em mesma sala de aula, mas sim de um apoio aos professores e equipe escolar. Em outras palavras, o professor de ensino colaborativo, não vai atender aos estudantes em seu horário de aula regular, o que cabe a esse profissional é o apoio aos professores, gestores e funcionários da unidade escolar.

Nesse sentido:

> **Efetivação do ensino colaborativo para articulação entre o(a) professor(a) especializado(a) e os(as) professores(as) regentes das classes comuns**

> Os serviços da Educação Especial serão conduzidos de modo a efetivar o ensino colaborativo, promovendo tempos e espaços de articulação entre os(as) professores(as) especializados(as) e os(as) docentes regentes das classes comuns, visando ao aprimoramento de estratégias para desenvolvimento das potencialidades dos(as) estudantes, a elaboração de materiais pedagógicos baseados nos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem e a disponibilização de recursos pedagógicos, de acessibilidade e de tecnologia assistiva na salas de aula comum (SÃO PAULO, 2021).

Assim, visando ao estudo das adaptações das aulas e atividades dos professores regulares em colaboração com os professores da Educação Especial na prática da rede de ensino do estado de São Paulo, passa-se a metodologia específica da pesquisa que mapeará a efetivação (ou não) da estratégia pedagógica em tela.

2 METODOLOGIA

A pesquisa de caráter qualitativo, foi realizada com a utilização entrevistas semiestruturadas. O estudo se deu em uma Escola Estadual de Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, com funcionamento em três turnos (manhã, tarde e noite), que atende a aproximadamente 700 alunos em um município do interior paulista. A escola atende alunos público-alvo da Educação Especial, contando com salas de atendimento especializado para alunos com deficiência intelectual (DI) e TEA, bem como o ensino colaborativo.

Os participantes foram professores de Ensino Médio, de diferentes componentes curriculares, que têm em suas salas de aula alunos com TEA e que estão envolvidos em práticas de ensino colaborativo. A seleção dos participantes se deu por critérios de inclusão, ou seja, professores que atendem alunos com TEA, que necessitam de adaptações de aulas e atividades; professores envolvidos em programas de ensino colaborativo; disponibilidade para participar de entrevistas.

A coleta de dados teve como instrumento o guia de entrevista semiestruturada, desenvolvido com base na revisão teórica e nos objetivos da pesquisa. A entrevista denominada Adaptações de Aulas para Alunos com TEA e Ensino Colaborativo, teve como tópicos a Contextualização e Experiência Profissional dos participantes; Adaptações de Aulas e Atividades; o ensino colaborativo e as considerações finais, caso algum participante desejasse deixar mais alguma contribuição.

Os resultados foram analisados com a utilização da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que um modo geral, designa-se sob o termo de análise de conteúdo:

> Um conjunto ele técnicas de análise das comunicações visando obter) por procedimentos) sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens) indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.43).

Abaixo, serão discutidos os resultados obtidos.

3 RESULTADOS

Foram feitas 09 entrevistas com os professores público-alvo da pesquisa. Os respondentes são homens e mulheres, que atuam como professores no Ensino Médio, com experiência entre 08 e 31 anos de exercício profissional, atuantes nas áreas de História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Matemática, Biologia, Física, Química e Língua Portuguesa. Todos os entrevistados têm em salas de aula estudantes com TEA, que necessitam de adaptações de aulas e atividades, bem como são atendidos pelo ensino colaborativo.

Quando indagados a respeito do preparo profissional e experiência com alunos com TEA, os docentes responderam que não foram preparados para atuar com estudantes público-alvo da Educação Especial e que não possuem experiência, sendo que o contato que tem com esses estudantes se deu por meio das políticas inclusivas, ou seja, há pouco tempo, desde o acesso dos estudantes com TEA na escola regular.

A primeira parte da entrevista, foi relativa às adaptações de aulas e atividades, para isso foram feitas duas perguntas: a) como você adapta suas aulas e atividades para alunos com TEA? e, b) quais estratégias tem se mostrado mais eficazes para a aprendizagem desses alunos?

Relativamente às adaptações de aulas e atividades, obteve-se como resposta:

De acordo com as necessidades peculiares de cada aluno com TEA: escrita, tempo, necessidades, facilidades, preferência do aluno... (Professor de História).

Com a ajuda de um professor especialista em Educação Especial (Professores de Geografia e de Biologia).

Monto aulas adaptadas, visando as dificuldades do aluno e seus limites para ele conseguir um melhor desenvolvimento (Professor de Química).

No tocante as estratégias foram colhidas as seguintes respostas:

Dando particularidade (atenção) ao aluno, de acordo com suas facilidades e habilidades com os conteúdos em sala de aula (Professor de Matemática).

Atenção individualizada. Atividades lúdicas e imagens coloridas (Professor de Língua Portuguesa).

De acordo com as respostas obtidas depreende-se que os professores estão aprendendo a trabalhar com os estudantes público-alvo da Educação Especial. A pesquisa revela que um passo importante foi dado, qual seja, o de que apesar dos docentes ainda terem muita dificuldade em promover o ensino e aprendizagem dos alunos com TEA, já se conscientizaram que é primordial promover as adaptações de aulas e atividades.

Como nos ensina Bortolotto (2009), não existe uma única maneira para atuar com o aluno com TEA, sendo fundamental considerar a subjetividade de cada estudante. A adaptação dos materiais pedagógicos faz-se importante, inserindo a ludicidade sempre que possível, pois é a partir dos jogos e

brincadeiras que referidos alunos são estimulados significativamente, contribuindo com o desenvolvimento cognitivo e social.

Durante a elaboração de estratégias, é crucial lembrar que cada indivíduo tem seu próprio tempo de processamento. Como afirmado por Kirk e Gallagher (1987, p. 33), "nem todas as crianças aprendem e se desenvolvem no mesmo ritmo, reagem emocionalmente do mesmo modo e percebem da mesma forma".

Esse entendimento destaca a necessidade de considerar a diversidade individual ao desenvolver estratégias educacionais, ou seja, cada estudante possui seu próprio ritmo de aprendizado, reação emocional e percepção sensorial. Isso significa que não existe um modelo único que se aplique a todos os alunos de maneira igualitária. Ao criar estratégias para inclusão, é fundamental reconhecer e respeitar as diferenças individuais no processo de aprendizagem. Alguns alunos podem necessitar de mais tempo para processar informações, outros podem ter estilos de aprendizagem distintos, reagir de maneira diferente às emoções ou ter preferências sensoriais únicas.

Isso significa que os educadores precisam adotar abordagens personalizadas e flexíveis, oferecendo suporte adaptado às necessidades específicas de cada aluno. Além disso, o ambiente educacional deve ser configurado para acomodar essas variações individuais por meio da oferta de recursos e estratégias eficazes que permitam engajar todos os estudantes no processo de aprendizado.

A segunda parte da entrevista foi com relação ao ensino colaborativo, as perguntas feitas foram: a) como o ensino colaborativo tem sido incorporado em sua prática para apoiar alunos com TEA? e b) quais são os principais desafios enfrentados ao implementar o ensino colaborativo nesse contexto?

Concernente a incorporação do ensino colaborativo nas práticas pedagógicas dos professores para apoiar alunos com TEA, houve as seguintes manifestações dos docentes:

Nos horários das ATPCs (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo), auxiliando os professores na elaboração de suas atividades (Professor de Física).

O ensino colaborativo deveria ser o professor de educação especial atuando junto com o professor regente em sala de aula (Professor de Sociologia)

Com a inclusão educacional, o ensino colaborativo pretende atender às demandas com suas necessidades e especificidades, mas ainda precisamos avançar para que isso ocorra (Professor de História).

No que diz respeito aos principais desafios para implementar o ensino colaborativo, obteve-se:

É preciso de maior disponibilidade de tempo do professor de educação especial, para o auxílio na elaboração de atividades (Professor de Língua Portuguesa).

A grande quantidade de alunos nas salas, dificulta o trabalho individualizado com esses alunos (Professor de Matemática).

Falta de material adaptado para cada componente curricular (Professor de Química).

A impossibilidade do professor de ensino colaborativo estar auxiliando o tempo todo em sala de aula (Professor de Filosofia).

O ensino colaborativo no estado de São Paulo foi implantado recentemente, talvez por este motivo, que os professores estejam ainda confusos sobre a função desse profissional, posto que de acordo com as respostas, solicitam a presença do profissional o tempo todo em sala de aula, bem como alegam o número de alunos e a falta de material adaptado.

De acordo com Pletsch e Radünz (2018), a colaboração entre professores regulares e especialistas em Educação Especial é uma estratégia efetiva para fomentar a inclusão escolar de estudantes portadores de necessidades educacionais especiais. Tal parceria propicia aos docentes compartilharem informações sobre os estudantes e permite que discutam estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada um.

Assim, para que a parceria entre professores do ensino comum e especialistas em Educação Especial seja efetiva, é importante que haja uma comunicação clara e frequente entre os profissionais e que fique bem definido o papel profissional de cada um dos envolvidos.

Dessa forma, para que a inclusão seja efetivada por meio da estratégia do Ensino Colaborativo,

> a regência do(a) professor(a) regular deve seguir para todos os estudantes da classe - reitere-se, com e sem deficiência. É imprescindível adaptar qualquer proposta, abordagem ou modelo ao papel de apoio do professor(a) especializado(a) da Educação Especial, que atuará com vista a que, os(as) professores(as) responsáveis pelos conteúdos do Currículo possam ter a devida assistência na efetivação da estratégia mais adequada ao(à) discente (SÃO PAULO, 2023)

Assim, os professores regentes e os especialistas da Educação Especial, com suas especialidades e diante do compromisso no processo de ensino e aprendizagem de cada estudante, criam "(...) maneiras, possibilidades, estratégias e condições (...)" para que "(...) o aprendizado fornecido proporcione suporte a todos os educandos na sala de aula do ensino regular" (CUNHA e FANTACINI, p. 279, 2018).

Essa articulação dialógica entre docentes deve-se revestir de qualidades que permitam o fluido diálogo e combinação de saberes entre os docentes (CUNHA e FANTACINI, 2018).

A última parte da entrevista consistiu nas considerações finais, momento em que foi indagado aos professores, se havia mais alguma informação ou aspecto relevante que o entrevistado gostaria de compartilhar sobre suas experiências sobre adaptações de aulas e atividades para alunos com TEA e ensino colaborativo. Foram dadas as seguintes respostas:

Eu, como profissional, também estou aprendendo com o ensino colaborativo e principalmente com os alunos com TEA. Melhorei na paciência profissional e ampliei na diversidade em como expor uma aula, dialogar, tentar fazer melhor para todos (Professor de Geografia).

Devido ao aumento do número de alunos laudados com TEA e a necessidade cada vez maior de inclusão, é necessário o aumento de professores especialistas no ensino colaborativo no Ensino Médio (Professor de Física).

Além do ensino colaborativo é preciso um ambiente mais acolhedor, suporte emocional e social, bem como o estabelecimento de rotinas claras (Professor de Matemática).

À vista das respostas obtidas nas considerações finais dos professores, o Ensino Colaborativo deverá ser objeto de formação continuada docente, uma vez que essa estratégia não é apenas importante, mas essencial para estabelecer um ambiente inclusivo que não apenas permita a participação ativa dos alunos com TEA, mas também ofereça o suporte necessário para seu crescimento educacional, social e emocional.

4 CONCLUSÕES

A perspectiva da educação inclusiva impõe uma ressignificação profunda do papel desempenhado pelo professor, pela escola e pelas práticas pedagógicas em geral. É essencial reconhecer que cada aluno, particularmente aqueles no espectro autista, possui uma abordagem única para o aprendizado, demandando, portanto, estratégias personalizadas.

Para tal, identificando que ainda existem professores que apresentam dificuldades para adaptação de aulas e atividades, não conseguindo assim realizar seu processo de ensino e aprendizagem de forma eficiente, apresenta-se o ensino colaborativo como ferramentas para que isto seja possível, por meio da troca entre professor regente e professor de Educação Especial.

Todavia, é preciso que os profissionais da educação entendam o ensino colaborativo com o compromisso maior da inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial, posto que cada um dos estudantes deve ter as melhores oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades e notadamente, os estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial, o Ensino Colaborativo, se bem aplicado, será uma estratégia pedagógica apta ao fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem com qualidade.

REFERÊNCIAS

APA, American Psychiatric Association. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDlN, Laurence. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa edições, 70, 225

BORTOLOTTO, Patrícia. Como acontece o processo de socialização com crianças autistas. Trabalho de conclusão de especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRANDE, Carla.; ZANFELICE, Camila. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 42, 2012, p. 43-56.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

CUNHA, Ana; FANTACINI, Renata. Desafios e possibilidades na perspectiva da educação inclusiva através do ensino colaborativo. Nucleus, v.15, n.1, p. 279-289, 2018. Disponível em: http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/2888. Acesso em: 08 set. 2023.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do plano de desenvolvimento educacional individualizado. Linhas Críticas, Brasília, v.18, n.35, pp.193-208, jan./abr., 2012.

PLETSCH, Márcia Denise.; RADÜNZ, V. Parceria entre professores do ensino comum e especializado na perspectiva da inclusão escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 4, p. 583-596, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 67.635, de 06 de abril de 2023. Dispõe sobre a Educação Especial na rede estadual de ensino e dá providências correlatas. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-67635-06.04.2023.html. Acesso em 20 mar. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SEDUC nº 92, de 28 de setembro de 2021. Altera dispositivos da Resolução SE nº 68, de 12-12-2017, para ampliação e reorganização das aulas do ensino colaborativo, no âmbito do atendimento educacional especializado e dá providências correlatas. Disponível em: https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-no-92-de-28-09-2021- altera-dispositivos-da-resolucao-se-no-68-de-12-12-2017-para-ampliacao-ereorganizacao-das-aulas-do-ensino-colaborativo-no-ambito-do-atendimentoeducacional-e/. Acesso em: 05 out. 2023.

SANTOS, Shirley Aparecida et al. O Trabalho colaborativo entre o professor especialista e o professor das disciplinas: o fortalecimento das políticas públicas para a educação especial no Paraná. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. V Seminário Internacional sobre profissionalização docente. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18334_9281.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.